

Boletim Gaúcho de Geografia

<http://seer.ufrgs.br/bgg>

**CIRCUITO INFERIOR DA ECONOMIA URBANA NA
ATUALIDADE E PRÁTICAS COMERCIAIS NA FRONTEIRA:
CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E TRANSFORMAÇÕES
ESPACIAIS ENTRE PONTA PORÃ (MS) E PEDRO JUAN CABALLERO (PY)**

ANA CAROLINA TORELLI MARQUEZINI FACCIN

Boletim Gaúcho de Geografia, v. 42, n.2: 455-474, maio, 2015.

Versão online disponível em:

<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/bgg/article/view/49007/34031>

Publicado por

Associação dos Geógrafos Brasileiros



Portal de Periódicos
UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

Informações Adicionais

Email: portoalegre@agb.org.br

Políticas: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy>

Submissão: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions>

Diretrizes: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines>

Data de publicação - maio, 2015.

Associação Brasileira de Geógrafos, Seção Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil

CIRCUITO INFERIOR DA ECONOMIA URBANA NA ATUALIDADE E PRÁTICAS COMERCIAIS NA FRONTEIRA: CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS ENTRE PONTA PORÃ (MS) E PEDRO JUAN CABALLERO (PY)¹

ANA CAROLINA TORELLI MARQUEZINI FACCIN²

RESUMO

O presente artigo objetiva analisar a importância da circulação de mercadorias entre as cidades gêmeas de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero na fronteira Brasil/Paraguai e discutir os impactos causados pelo comércio gêmeo no espaço fronteiriço. A construção do lugar se dá em razão das trocas e a estrutura da fronteira é orientada para atender variados tipos de consumo; em uma mesma faixa de fronteira há diversas territorialidades, em um duelo entre o que é considerado legal e o que escapa das normas estabelecidas pela Receita Federal do Brasil, no caso do consumo brasileiro na fronteira. A fiscalização envolve atividade militar, presente na fronteira originalmente para se garantir a soberania do Estado Nacional; sua presença, atualmente, aumenta gradativamente em busca do controle de fluxos considerados ilegais em nosso País. Propomos, enfim, o pensar sobre a vida de relações fronteiriças nas cidades gêmeas, visto que tais pontos especiais de circulação alcançam um nível de importância que extravasa o lugar: sua importância é regional e nacional e seus fluxos alimentam outros circuitos espaciais por todo o território brasileiro, inserido em um circuito global de circulação de mercadorias.

Palavras-chave: Território; Fronteira; Cidades-gêmeas; Mercadorias; Comércio.

INTRODUÇÃO

O estudo acerca da vida de circulação nos pontos fronteiriços internacionais se mostra extremamente necessário para que se compreenda a grandiosidade de fluxos que movimentam a fronteira entre o Brasil e o Paraguai e que atraem outros fluxos de diversos lugares em direção às cidades gêmeas, provocando assim alterações visíveis no espaço das mesmas.

Sendo assim, são objetivos deste texto explicitar a importância estratégica da fronteira; entender as cidades gêmeas como núcleos construídos por fluxos variados (pessoas, mercadorias, capital) e que tais fluxos orientam transformações no espaço, podendo assim ser objeto de estudos mais aprofundados para o entendimento amplo da construção do lugar. Esperamos, com este texto, pro-

1 Este artigo remete-se à dissertação de mestrado “Circulação de mercadorias na fronteira entre Brasil e Paraguai: as cidades de Foz do Iguaçu (PR) e Ponta Porã (MS)”, UNICAMP, 2011.

2 Universidade Federal da Grande Dourados. E-mail: caroltorelli.faccin@gmail.com.

mover debates sobre diferentes formas teóricas de estudos de fronteira e acerca da abordagem das cidades gêmeas à luz da circulação de mercadorias pertencente a um circuito espacial global de comércio que perpetua modificações no espaço fronteiriço. Este artigo apresenta resultados e considerações oriundos da pesquisa de mestrado intitulada “Circulação de Mercadorias na fronteira entre Brasil e Paraguai: as cidades de Foz do Iguaçu (PR) e Ponta Porã (MS)”, defendida em dezembro de 2011, pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia do Departamento de Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). A pesquisa foi financiada pelo CNPq.

A FRONTEIRA E OS TIPOS DE RELAÇÕES FRONTEIRIÇAS: ESPAÇO DE TROCAS

A fronteira é um ambiente plural em se tratando da diversidade das relações. Segundo Oliveira (2005) “esse ambiente plural transformou as fronteiras em territórios singulares. São singulares em relação ao território-nação e singulares entre si – cada fronteira é *uma* fronteira”. Essa singularidade, por sua vez, produz reflexos na população que vive em tais áreas, ou seja, “(...) las sociedades de frontera poseen una especificidad innegable” (Abinzano, 2005, p.115).

Nesse contexto, o termo “cidades gêmeas” permite representar cidades fronteiriças que se tornaram extremamente relacionadas. Com o auxílio de redes variadas, tais cidades acabam por desenvolver grande interação e suportam grandes e variados fluxos. Formando conurbações, atravessadas pelo limite internacional de dois ou mais países, apresentam grande integração econômica e cultural.

Assim é o caso de Ponta Porã, Mato Grosso do Sul, com a cidade paraguaia de Pedro Juan Caballero. Nesses lugares especiais de circulação as interações espaciais (Corrêa, 1997) têm papel fundamental. Abinzano (2005) afirma que “son los agentes sociales quienes construyen su escenario de interacciones dentro de los limites fijados objetivamente” e que estes limites são definidos por suas especializações produtivas e trabalhistas, entre muitos outros fatores nas fronteiras locais, regionais e internacionais de grande escala. O autor afirma que

“lo importante es el núcleo mas denso y significativo de estas interacciones que se manifiestan en forma de redes dinámicas y procesuales para cuyo estudio es necesario apelar a metodologías que den cuenta de la complejidad y el dinamismo que las constituye”.

A vida de relações nas cidades gêmeas é animada pela circulação; primeiramente, entre os próprios habitantes do lugar e depois, pelas pessoas atraídas de lugares próximos e distantes em busca do consumo de mercadorias na fronteira. Em se tratando deste consumo, ele subdivide-se em vários tipos, alimentando diversos circuitos além-fronteiras. Tal consumo cria, por sua vez, especializações no espaço comercial fronteiriço, resultando numa configuração única, com estruturas voltadas aos diversos tipos de consumidores.

Nunca é demais lembrar que as pessoas somente sobrevivem porque se complementam, as divisões sociais do trabalho consolidam e respaldam os motivos de viver de cada um; as cidades também somente existem por que se complementam com outras cidades no palco da divisão territorial do trabalho. Todavia, na fronteira existe algo mais (OLIVEIRA, 2005, p.378).

Segundo Oliveira (2005) não há no ambiente fronteiriço, especialmente nas cidades gêmeas, apenas a difusão de comunidades condicionadas a demandar relações de convivência onde se entrelaça sangue, línguas e capitais, ou seja, trocas. Há, por sua vez, um monitoramento dos ruídos que ameaçam ou violam a integridade territorial, e uma vigilância constante sobre a soberania e sobre o fio da existência cultural. É um local onde os direitos servem mais a si, enquanto os deveres servem mais aos vizinhos, ou seja, ao consumo, ao dinheiro.

O autor afirma que, no passado (até não muito distante), a singularidade fronteiriça possuiu um significado (quase) exclusivamente militar. A questão seria simples: a segurança militar ali localizada estava submetida à lógica intransigente da preservação e não da expansão. Nos dias que correm, ainda que a presença militar na fronteira seja real, ela não passa de uma presença limitada e reduzida, e do ponto de vista ‘da função’, ineficiente e torpe. Há uma inversão da lógica: da preservação para a expansão. Operações do exército visando o controle dos fluxos de mercadorias são comuns nas rodovias que ligam as cidades gêmeas fronteiriças com as demais cidades brasileiras, e seu número tem aumentado com o passar dos anos.

Segundo Oliveira (2005) a fronteira não é uma só e, para compreendê-la, devemos depreender as especificidades de seus fluxos e suas conexões íntimas com o território. Sendo assim,

...podemos dizer que, enquanto perspectivas: a população e a economia fronteiriça clamam pela ampliação da integração *funcional*; enquanto, o Estado, tentará, por todos os meios, instituir regras que limitem a funcionalidade e amplie a integração *formal* (OLIVEIRA, 2005, p. 385).

O autor afirma que se pode classificar a região da fronteira baseando-se em duas lógicas centrais: a lógica da integração funcional e a lógica da integração formal. Com a ajuda desta dupla condição de integração ele determina uma tipologia de relações fronteiriças, que nos permite “verificar uma diferença acentuada entre as localidades, empresas, etc, caracterizados pela presença de relações de troca com outro país”.

A tipologia foi construída, segundo o autor, “colocando-se de um lado, a intensidade e fragilidade de relações *formais* de trocas e, de outro, a intensidade e fragilidade de relações *funcionais* de trocas” (Oliveira, 2005, p. 386). Assim, teríamos quatro tipos diferentes de relações fronteiriças, o que nos ajuda a compreender a situação presente na fronteira do Paraguai com o estado de Mato Grosso do Sul.

Oliveira (2005) considera que, como a sociedade em geral, “a fronteira ou é dinâmica ou sofre reflexos de dinamismos externos” e que se considerarmos que

“a fronteira é mais porosa e permeável do que outras partes dos territórios nacionais” não se pode considerar que a posição delas é estática. Nosso exemplo de cidades fronteiriças, ou seja, Ponta Porã e Pedro Juan Caballero contém características que as localizam, segundo a tipologia apresentada, na categoria Alta integração formal com alta integração funcional, sendo classificadas como *Fronteiras vivas*. Todas as classificações e suas características podem ser observadas a seguir.

Quadro 1 - Tipologias de relações fronteiriças segundo Oliveira (2005)

TIPOLOGIAS DE RELAÇÕES FRONTEIRIÇAS (Oliveira, 2005)		
Situação A	Baixa integração <i>formal</i> com baixa integração <i>funcional</i>	Fronteira Morta
Situação B	Baixa integração <i>formal</i> com alta integração <i>funcional</i>	Território Perigoso
Situação C	Alta integração <i>formal</i> com alta integração <i>funcional</i>	Fronteiras Vivas
Situação D	Alta integração <i>formal</i> com baixa integração <i>funcional</i>	Fronteira Burocrática

Fonte: Oliveira (2005).

Segundo Rabossi (2004), no contexto de integração, a dinâmica que se instala pelo limite internacional “só pode desenvolver-se *apesar* desse limite internacional”, apesar dos controles instaurados para regular o fluxo das mercadorias e das pessoas. O autor afirma que tal fato “produz uma situação singular: o fato de ser um espaço de inter-relações que se estrutura a partir de diferenças”, onde “ambos os elementos se pressupõem e não se cancelam, contrariamente às imagens de alguns retratos que o apresentam como um espaço homogêneo”.

Nesse sentido há, com muita naturalidade, o florescer das relações de troca, do comércio e da circulação. Rabossi (2004), levando a fronteira em foco, afirma que

o espaço é uma variável das oportunidades. A possibilidade de conseguir produtos que não se encontram ou cujos preços são menores noutro lugar sempre foi um dos motores do comércio, das grandes viagens e das caravanas (RABOSSI, 2004, p. 12).

Com essa construção do espaço fronteiriço em mente, optamos por entender o movimento comercial que anima a fronteira por meio da teoria dos dois circuitos da economia urbana (Santos, 1979), com explanações que apresentamos a seguir.

O CIRCUITO INFERIOR DA ECONOMIA URBANA NA ATUALIDADE E A TRANSFORMAÇÃO ESPACIAL NA FRONTEIRA: INTERAÇÕES ESPACIAIS FRONTEIRIÇAS EM PONTA PORÃ (MS)

Com o intuito de se entender a situação econômica atual, podemos partir da premissa de Santos (1979) e compreender a situação dos países subdesenvolvidos e a especificidade de sua evolução em relação aos países desenvolvidos. Segundo

o autor o caminho ideal seria “recusar os métodos importados e começar pelo começo na análise desses espaços”.

A organização do espaço é um objetivo central da análise. É fundamental saber se o comportamento do espaço é o mesmo em países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Os componentes do espaço são os mesmos em todo o mundo, mas variam quantitativa e qualitativamente segundo o lugar (daí viriam as diferenças entre os espaços), diz Santos (1979). Segundo o autor, o espaço dos subdesenvolvidos organiza-se e reorganiza-se em função de interesses distantes e mais frequentemente em escala mundial, denotando a presença de *verticalidade* (Santos, 1996). As forças de modernização são vindas de fora, são extremamente seletivas nas formas e efeitos. As variáveis modernas não são acolhidas da mesma maneira nem vão pra mesma direção nos países subdesenvolvidos. Isso cria uma história espacial seletiva (a cada modernização novos pontos são conquistados e tornam-se espaço operacional). A resultante é a grande instabilidade na organização do espaço, com necessidades constantes de ajustes e presença de desequilíbrios, afirma Santos (1979).

Sendo assim, o espaço dos subdesenvolvidos é marcado pelas diferenças de renda na sociedade (com o poder de consumo do indivíduo variando muito). Desse modo, há seletividade no espaço, com a produção concentrada em certos pontos e o consumo agindo como forma de dispersão (com a seletividade agindo “como freio”, produzindo diferenças na capacidade de consumir). Criam-se, desse modo, dois circuitos econômicos: o superior e o inferior, pelos quais podemos passar a ver a cidade. O circuito superior é produto direto da modernização tecnológica (elemento representativo: monopólio, com ações verticais, externas). O circuito inferior, em sua origem, compreende atividades de pequena dimensão, direcionada às populações pobres e mantém relações privilegiadas com a região (Santos, 1979). Segundo o autor, um grande erro na análise de economias urbanas é supor que apenas há o setor moderno. O circuito inferior é tido como elemento indispensável à compreensão da realidade urbana e essa premissa se mantém verdadeira até os dias atuais.

O entendimento dos circuitos urbanos no amplo contexto da urbanização e subdesenvolvimento brasileiros nos permite analisar de maneira mais fiel a *situação geográfica* presente na fronteira entre Brasil e Paraguai, parte integrante de um circuito produtivo de mercadorias de escala mundial.

Teríamos, assim, no caso dos países subdesenvolvidos, regiões polarizadoras (centros de dispersão de poder), com a formação e a transformação do espaço dependendo de dois fatores: o momento da intervenção das primeiras forças externas e os impactos sucessivos de outras modernizações (Santos, 1979). A diversidade das condições de subdesenvolvimento e originalidade das situações é, para cada lugar, a conjugação das forças externas (que vem de um centro nos países pólo) com as forças já existentes no espaço. Desse modo, de acordo com o autor, podemos pensar que o mundo já se modernizou várias vezes, sendo que a modificação do espaço é a união econômica, política e social ao mundo moderno.

Cada modificação no espaço modernizado corresponde a uma mudança da projeção do sistema mundial sobre o dominado e as repercussões nos países pe-

riféricos são igualmente diferentes, diz Santos (1979). O grande capital usaria as estruturas como veículo para alcançar aplicação em outros lugares. Mudando o espaço dos subdesenvolvidos há a revolução do consumo e uma “guerra” para a industrialização dos mesmos. O impacto modernizador é, por definição, seletivo: tanto no nível nacional, quanto regional e local.

Santos (1979) argumenta que duas variáveis elaboradas no centro do sistema encontram difusão nos países periféricos. São elas a informação e o consumo, que são ao mesmo tempo geradoras de forças de concentração e dispersão, cuja atuação define a organização do espaço. Nesse contexto, a revolução no domínio do consumo foi acompanhada pela deformação da estrutura do consumo³ (Furtado, 1968, apud Santos, 1979).

A existência de uma massa de pessoas com baixos salários ou vivendo de atividades ocasionais, ao lado de uma parcela minoritária de renda elevada cria uma divisão na sociedade entre aqueles que têm acesso aos serviços e aqueles que não têm, afirma Santos (1979). Tal situação cria diferenças de consumo e a causa e efeito dos dois circuitos de produção, distribuição e consumo dos bens e serviços. Em se tratando de analisar situações com base em economia urbana, o autor determina que um dos dois circuitos é resultado direto da modernização tecnológica e consiste em atividades criadas em função dos progressos tecnológicos e da parcela que se beneficia deles; o outro é resultado da mesma modernização, mas um resultado indireto, que se dirige à parcela que se beneficia parcialmente ou não dos progressos técnicos recentes e atividades a eles ligada (Santos, 1979).

Nos países de velha urbanização o fenômeno da modernização tecnológica cria estruturas novas que se impõem às pré-existentes na cidade, provocando modificação ao contato com novas realidades. Nos de nova urbanização, caso dos países de economia periférica, a modernização cria de uma só vez as duas formas de organização econômica urbana. Assim, não há dualismo: os dois circuitos têm a mesma origem, o mesmo conjunto de causas e são interligados. Salientando que, apesar da aparente interdependência, o circuito inferior é dependente do circuito superior da economia urbana.

Nos países subdesenvolvidos os pobres urbanos são mais numerosos, formando uma mão-de-obra flexível e adaptável. É uma pobreza sem segurança nos países subdesenvolvidos, ao contrário da pobreza dos países desenvolvidos, dita com segurança. A segurança constitui uma diferença fundamental entre a situação da pobreza entre os dois tipos países, o que explica a impossibilidade da existência de um circuito inferior nos países desenvolvidos. Atividades ligadas ao circuito inferior da economia são fruto da sobrevivência no sistema capitalista. Os fluxos de mercadorias que atravessam a fronteira entre Pedro Juan Caballero e Ponta Porã, além de muitas outras cidades fronteiriças, são exemplo claro dessa luta pela sobrevivência.

3 Os termos referentes às alterações nos padrões de consumo nos países subdesenvolvidos são vários. Enquanto Milton Santos (1979) definiu o ajuste do consumo popular por meio do termo circuito inferior da economia urbana, alguns economistas como Wilson Cano tratam do mesmo tema com termos como “terciário deformado”, por exemplo.

Segundo Santos (1979) as situações de pobreza são conjugadas às situações das estruturas monopólio e do Estado nos países subdesenvolvidos. O modelo econômico escolhido e desenvolvido é responsável por uma distribuição de renda injusta, assim como o desenvolvimento de um mercado interno para os produtos modernos; por esta razão, surge o circuito inferior da economia urbana.

Quanto mais a renda é concentrada, mais o consumo de alta renda se diversifica, tornando cada vez mais inadequada a evolução da demanda. Os pobres são duas vezes desfavorecidos, não têm acesso e os bens de consumo corrente deixam de ser produzidos, provocando limitação do emprego e seletividade acentuada (as desigualdades são mantidas por uma produção voltada aos ramos modernos. Atualmente temos, em substituição à essa situação desfavorável, o consumo de produtos similares que satisfazem as necessidades dos mais pobres. Os produtos “piratas” suprem essa demanda há algumas décadas, aumentando a capacidade e a variedade de consumo dos mais pobres.

A pobreza seria compatível com o crescimento rápido, afirma Santos (1979). A modernização acarreta disparidades sociais e econômicas crescentes. Enquanto a urbanização facilita o processo capitalista e agrava desigualdades. Nos subdesenvolvidos o aumento das favelas tem relação com a pobreza urbana e modelos de consumo importados. A situação presente é responsável pelo aparecimento do circuito inferior nos países subdesenvolvidos. Os pobres não têm acesso aos produtos modernos e os mais pobres só consomem por meio de um sistema particular de distribuição, completado por um aparelho de produção também específico e que é uma resposta aos meios de produção modernos e às condições de pobreza da grande massa. Tal análise antecipa o nascimento da circulação de mercadorias importadas (“pirateadas” ou não) pelo território brasileiro. A maior atração que o comércio paraguaio na fronteira oferece são os baixos preços, tanto pelos produtos importados originais e preços mais baixos ainda pelos ditos “pirateados”. Essa atração é uma oportunidade de consumo para os mais pobres e, além disso, uma oportunidade de emprego para os excluídos do sistema.

“Sem levar em conta o circuito inferior a compreensão da cidade é incompleta”, afirma Santos (1979); o circuito inferior aparece como “herança de condições econômicas tradicionais, mas, atualmente, se configura como prisioneiro de uma economia tradicional, que significa ser privado das formas de consumo que definem os limites entre providos e desprovidos”. Pobreza e circuito inferior são relações de causa e efeito inegáveis, ainda mais no período atual⁴.

Santos (1979) defende que na estrutura tripartite da economia, o circuito inferior é comumente encaixado como ‘terciário’ na literatura sobre subdesenvolvidos, que definem como terceirização as condições de subemprego resultantes

4 A definição de circuito inferior na ocasião do lançamento da análise era “Circuito econômico não moderno, que compreende a manufatura, artesanato, pequeno comércio, pequenas quantidades, empresas familiares, tecnologia obsoleta ou tradicional, organização deficiente, sem controle dos custos e lucros. Reciclagem constante”. Atualmente novos significados são adicionados levando-se em conta o período atual e a modernização na fabricação de itens de consumo populares (emprego de alta tecnologia).

de uma urbanização sem industrialização (ou ‘terciário deformado’ em análises mais recentes). Mas o circuito inferior, afirma o autor, cobre uma área muito mais ampla que a expressa pelo termo ‘terciário’. O circuito inferior seria resultado de uma situação dinâmica e englobaria as atividades de serviço como a doméstica e os transportes, assim como artesanato e formas tradicionais de produção.

Sendo um “polo marginal da economia”, também chamado “terciário-primitivo” ou “terciário-refúgio”, é elemento fundamental da vida urbana dos subdesenvolvidos, por ser abrigo da população pobre, que raramente consome ou trabalha no circuito moderno. Acolhendo o máximo de serviços que puder (pulverização em cadeia das atividades, assim a massa participa da acumulação praticada na cidade), o fator essencial do circuito inferior é o trabalho, sendo que o fator fundamental do circuito superior é o capital. As atividades do circuito inferior ajustam-se ao mercado local e dependem totalmente dele, sendo seu comportamento uma resposta direta à demanda. A fluidez do emprego é característica imediata, a mobilidade no emprego é uma ‘saída de emergência’ para a população do Terceiro Mundo. O circuito inferior tem como função absorver o contingente desempregado da indústria moderna.

A desigualdade de renda é tanta, que se proliferam os intermediários. A existência desses é a base das possibilidades de funcionamento da economia. São elementos fundamentais para o funcionamento do circuito inferior, juntamente com o crédito e o dinheiro líquido, diz Santos (1979).

A modernização é acompanhada por uma mudança na estrutura do consumo e isso repercute diretamente no circuito inferior. Há o consumo de produtos modernos, produzidos e comercializados por meio de técnicas menos modernas. Tal consumo faz nascer novas atividades no circuito inferior.

A economia do circuito inferior tem algo de dinâmico, mas o conceito de produtividade deve ser aplicado com cuidado. Tem sua dinâmica interna e força para criar atividades, dar situações melhores. Essa é uma análise sem levar em conta a economia urbana como um todo. No final, sua função é perpetuar a situação de pobreza. Desde que se leve em conta a dependência que o circuito inferior tem do circuito superior, não há dinamismo real. Não se pode analisá-lo isoladamente.

Há racionalidade no circuito inferior, pois há o equilíbrio da pobreza, com interação permanente com o circuito superior, afirma o autor. Há, portanto, relações entre os dois circuitos de competitividade e concorrência. Os dois estão em permanente estado de equilíbrio instável. A complementaridade não exclui a concorrência e vice-versa.

Para a análise do período atual, no entanto, uma atualização dos conceitos é necessária. Desde a década de 1970 até o momento presente houve mudanças significativas nas características dos dois circuitos, principalmente nas que se referem ao circuito inferior.

Aos nos depararmos com a análise dos circuitos da economia urbana à época de seu lançamento e a realidade atual, reproduzimos uma tabela comparativa com base nas proposições de Santos (1979) para os países subdesenvolvidos, a seguir.

Tabela 1 - Características dos Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos

Tabela Original (1979), com modificações para o período atual (em azul)		
	Circuito Superior	Circuito Inferior
Tecnologia	Capital intensivo	Trabalho intensivo Recria, adapta e imita tecnologia a baixos custos.
Organização	Burocrática	Primitiva Própria e bem estruturada
Capitais	Importantes	Reduzidos Volumosos (para distribuidores) Reduzidos (Vendedores, Sacoleiros)
Emprego	Reduzido	Volumoso
Assalariado	Dominante	Não obrigatório Inexistente
Estoques	Grande quantidade e qualidade Just in time/ Just in place	Pequena/ Média quantidade e qualidade média a inferior
Preços	Fixos (em geral)	Submetidos à discussão entre comprador e vendedor (haggling)/ Flutuam em relação ao dólar
Crédito	Bancário institucional	Pessoal não institucional
Margem de lucro	Reduzida por unidade, mas importante pelo volume de negócios.	Elevada por unidade, mas pequena em relação ao volume de negócios. Reduzida por unidade e importantes em relação ao volume de produtos
Relações com a clientela	Impessoais e com papéis	Diretas e personalizadas
Custos fixos	Importantes	Desprezíveis Custos razoáveis
Publicidade	Necessária Densidade Técnica e Informacional	Nula Densidade Comunicacional (informações “boca a boca”)
Reutilização de bens	Nula	Freqüente
Overhead capital	Indispensável	Dispensável
Ajuda governamental	Importante	Nula ou quase nula
Dependência direta do exterior	Grande, atividade voltada para o exterior	Reduzida ou nula Muito grande (mercadorias importadas)

Fonte: Santos (1979), p. 44. Modificada por Marquezini (2011).

Apesar de o circuito superior manter as características descritas por Santos (1979), com poucas alterações a serem feitas para analisá-lo no período atual, o circuito inferior não segue o mesmo padrão: ele passa a agregar características da realidade moderna, como o comércio popular praticado em qualquer centro urbano (um exemplo notável seria o comércio da Rua 25 de março, o maior centro de compras popular do País, na cidade de São Paulo e o local que mais o “alimenta” de mercadorias, o comércio praticado na fronteira, na cidades de Foz do Iguaçu (PR), por exemplo – assim como Ponta Porã (MS) e outras cidades na mesma situação).

A transposição dos conceitos nos permite analisar o presente com todas as possibilidades que as definições dos dois circuitos permitem, e promove maior entendimento a respeito do funcionamento e funções do circuito superior e inferior no período atual. A compreensão do circuito inferior (e do comércio de mercadorias praticado na fronteira) nos permite maior entendimento em se tratando das particularidades da circulação de mercadorias e transformações espaciais derivadas de tal movimento nas cidades de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, contempladas em nosso estudo.

AS PRÁTICAS COMERCIAIS E A RECONFIGURAÇÃO DO ESPAÇO NA FRONTEIRA

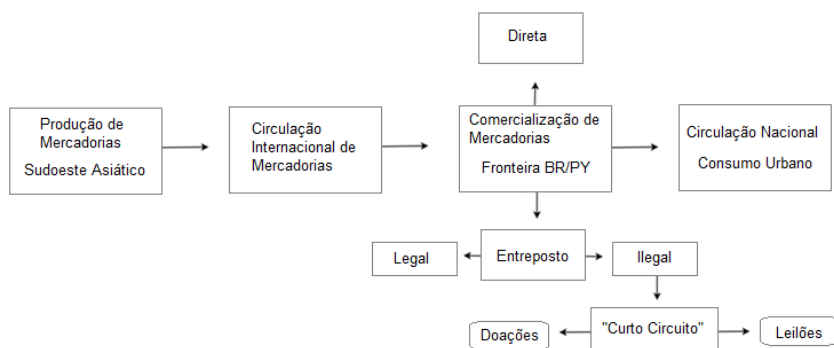
Ponta Porã e Pedro Juan Caballero formam uma conurbação onde habitam cerca de 150 mil pessoas que estabelecem um nível de convivência com intensa complementaridade. Ponta Porã (MS), em razão da situação de fronteira seca, tem sua configuração urbana enormemente afetada pelo comércio paraguaio. A estrutura comercial destas cidades gêmeas é, antes de tudo, complementar; o consumo é orientado pela flutuação de três moedas: o dólar, o real e o guarani. As trocas sempre existiram, tanto dentro dos padrões estabelecidos pela Receita Federal brasileira quanto por fora. As fiscalizações estabelecidas visam interceptar as transações fora dos padrões, embora o controle territorial esteja longe de obter eficiência máxima.

Para compreendermos a complexidade da relação existente nas cidades de fronteira temos que, primeiramente, voltar nossa atenção às interações espaciais capazes de realizar transformações no espaço. As cidades gêmeas são um perfeito exemplo de alta interação espacial, base das relações de troca em um território (Corrêa, 1997), capaz de produzir alterações no espaço em um período relativamente curto de tempo. São milhares de pessoas que, diariamente, atravessam a fronteira entre o Brasil e o Paraguai, atravessando também, deste modo, fluxos incomensuráveis de mercadorias e capital.

A circulação de mercadorias pode ser enquadrada como uma interação espacial que envolve diversos atores em diversas escalas. A interação espacial deve ser vista, segundo Corrêa (1997), como parte do processo de transformação social, e não como simples deslocamentos de pessoas e mercadorias. As interações refletem, segundo o autor, as diferenças entre os lugares; seriam assimetrias que denunciam as necessidades de um lugar face ao outro e acabam por ampliar as diferenças, transformando os lugares. As interações se baseiam nas relações hu-

manas; por isso só são compreensíveis quando expostas somadas à história e geografia instável do homem. Elas estarão, portanto, onde se reproduza o capital (Corrêa, 1997). As interações espaciais, especialmente no caso de Ponta Porã, envolvem o deslocamento aos centros interurbanos de mercadorias, sendo que estas são provenientes de uma verdadeira hierarquia dos lugares, desde o polo produtor (a maioria das mercadorias são provenientes de países asiáticos), passando pelos megacentros distribuidores (as cidades paraguaias Ciudad del Este e Pedro Juan Caballero, por exemplo) e chegando aos centros urbanos dispersores das mercadorias (comércio popular de qualquer centro urbano próximo e até mais longínquo). Através do diagrama esquemático, a seguir, podemos ter maior compreensão desse circuito espacial produtivo de escala global.

Diagrama 1 - Circuito Espacial Produtivo – Circulação de mercadorias além fronteiras.



Fonte: Marquezini (2011).

Segundo Corrêa (1997), as interações espaciais são influenciadas pela distância, diminuindo de intensidade ao passo que a distância aumenta. O comércio fronteiriço de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, não raro, atrai diariamente pessoas de todo o Mato Grosso do Sul, estados próximos e também distantes da região fronteiriça.

O comércio gêmeo tem, entre suas características, o fato de manter uma complexa circulação na fronteira para alimentar seu funcionamento, além de ser relativamente independente de economias externas e de seus centros consumidores. Estes comandam as atividades de maneira indireta, através de um calendário de compras cujos picos se devem a datas importantes do comércio. São as ditas comemorativas, tais como: Dias das Mães, Dia dos Pais, Natal, entre outras.

Tais datas têm espaçamento relativamente curto entre elas, o que mantém o ritmo de compras constante no comércio fronteiriço em geral. Tal ritmo determina alterações espaciais visíveis no ambiente de comércio da faixa de fronteira, como podemos observar nas fotografias, a seguir.

Fotografias 1 – Linha de fronteira entre Ponta Porã e Pedro Juan Caballero em 2011 (à esquerda) e 2014 (à direita).



Fonte: Fotografias de Ana Carolina Torelli Marquezini Faccin (Trabalhos de Campo 2011 e 2014).

A linha de fronteira que em 2011 era tomada por barracos improvisados e mal montados agora, em 2014, conta com grandes estruturas que fornecem ao turista e ao vendedor certo conforto; as melhorias foram obtidas via financiamento da União Européia, cujo projeto total de revitalização para a área atingiu o valor de R\$ 6 milhões.

Fotografias 2 – Linha de fronteira entre Ponta Porã e Pedro Juan Caballero em 2011 (à esquerda) e 2014 (à direita).



Fonte: Fotografias de Ana Carolina Torelli Marquezini Faccin (Trabalhos de Campo 2011 e 2014).

Tais alterações seguem uma tendência de servir o turista com melhores instalações e segurança para que estes possam realizar suas compras. Trata-se, no entanto, do comércio dito mais popular da fronteira entre Ponta Porã e Pedro Juan Caballero. Na mesma faixa de fronteira, porém, há um intenso movimento de reorganização do comércio e espaço em função exclusivamente do consumo de alto luxo, como discutiremos a seguir.

Na fronteira identificamos três tipos de comércio: o das grandes lojas, inclusive aquelas localizadas em Shopping Centers⁵, que pulverizam mercadorias de médio e alto valor, importadas de vários países (tais como EUA, França, Alemanha, entre outros), o comércio das lojas de rua e há o comércio de rua realizado por meio de inúmeras barracas (no geral, localizadas logo em frente às grandes lojas e pequenas lojas de rua). Basicamente há a comercialização de dois tipos de mercadorias: as originais, de qualquer segmento de consumo e as cópias “piratas”, feitas para satisfazer o desejo de consumo para a população de menor poder aquisitivo.

Entre os consumidores, também nota-se uma clara distinção: os que compram para consumo próprio (geralmente mercadorias caras e originais) e os que compram em quantidade (mercadorias de baixo valor, geralmente cópias pirateadas - Ribeiro (2010) nomeia esse consumidor através do termo “contrabando formiga”) para revenda, principalmente nos centros urbanos do Sul e Sudeste brasileiro.

A complementaridade entre consumo popular e consumo elitizado fica evidente na análise do comércio fronteiriço, pois este se molda para satisfazer os desejos de consumo dos principais segmentos de renda (ricos e pobres). A seguir, fotografias ilustram o tipo de comércio das mega lojas, cujo aparecimento de novos estabelecimentos têm aumentado nos últimos anos.

Amplos estacionamento, redes internacionais de fast-food e mercadorias importadas originais aguardam o turista nessas mega lojas que grandes grupos de empresários vem instalando ao longo da fronteira internacional nos últimos anos. As três mais proeminentes instalações fotografadas nesta pesquisa (“Planet Outlet”, “Shopping China” e “FORTIS Mayorista”) pertencem ao mesmo grupo econômico atuante na fronteira e duas dessas três lojas foram instaladas a menos de um ano, deflagrando o fenômeno recente de oferecer ao turista o melhor na fronteira.

5 O esclarecimento semântico dos termos Shopping Center (do inglês: centro de compras, centro comercial) e somente Shopping (do inglês Shop: loja; Shopping: compras) têm importância na compreensão da configuração comercial da fronteira paraguaia. Normalmente, Shopping Center é o nome dado a um conjunto de lojas localizado em um mesmo espaço, enquanto o termo Shopping, seguido do nome do estabelecimento (ex: Shopping Roma, Shopping China), refere-se a um único estabelecimento comercial, mesmo que este tenha grandes dimensões (enormes lojas de departamentos). Neste trabalho, a opção para identificar tais estabelecimentos foi pôr nomeá-los como “Loja Shopping Roma”, por exemplo.

Fotografias 3 – Grandes lojas na fronteira de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero. (“Planet Outlet”, à esquerda e “Shopping China”, à direita).



Fonte: Fotografias de Ana Carolina Torelli Marquezini Faccin (Trabalhos de Campo 2014).

Fotografias 4 – Grandes lojas na fronteira de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero. (“FORTIS Mayorista”, à esquerda e “Shopping China”, em constante expansão física, à direita).



Fonte: Fotografias de Ana Carolina Torelli Marquezini Faccin (Trabalhos de Campo 2014).

Por outro lado, acompanhando a mesma tendência, podemos observar ao longo da linha internacional a união de pequenos comerciantes empenhados em tentar reproduzir tais espaços selecionados e alcançar o turista com maior poder aquisitivo. As fotografias a seguir ilustram a tentativa de construção de um complexo de pequenas lojas afastado do centro popular de compras e mais próximo das grandes lojas; porém, sem investimentos de grande porte, a obra já leva alguns anos, sem previsão de término e instalação de cerca de 80 lojistas.

Fotografias 5 – Estabelecimento comercial inacabado “Zanja Pyta”, construído de forma cooperativa.



Fonte: Fotografias de Ana Carolina Torelli Marquezini Faccin (Trabalhos de Campo 2014).

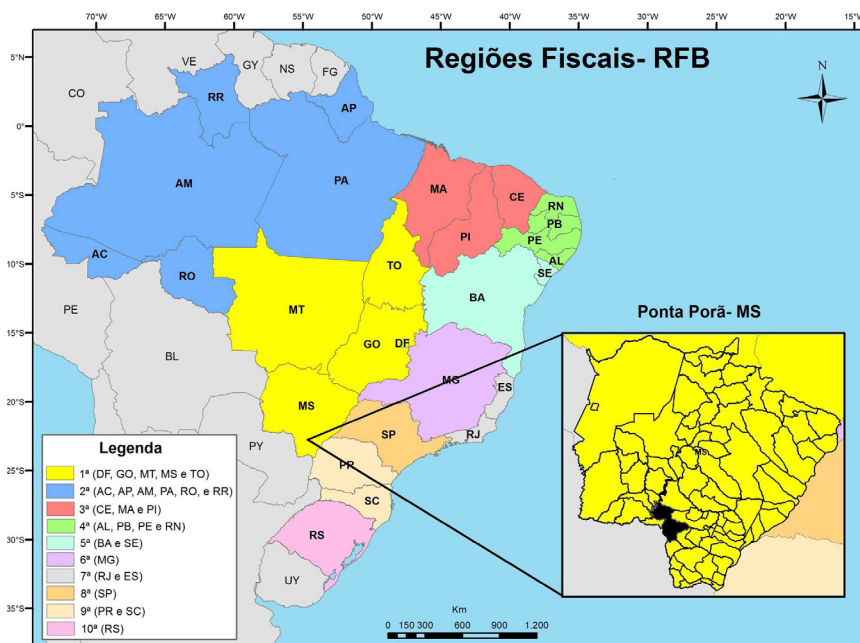
Tal circulação de mercadorias produz, além de alterações na configuração do espaço comercial, reflexos importantes nas cidades brasileiras perpassadas por esses fluxos, produzindo situações únicas na fronteira. Tais situações requerem medidas mais intensas de fiscalização, em razão do comércio de mercadorias ficar, na maior parte das vezes, fora dos padrões estabelecidos pelo governo brasileiro. Nesse ponto temos os “curtos circuitos”, ou seja, a interceptação de parte dos fluxos de mercadorias pela Polícia e Receita Federal. O resultado desse corte se dá na destinação de mercadorias, apesar do consumo (que se subdivide em vários tipos) não ser comprometido – o reflexo da circulação é constatado em qualquer cidade brasileira seja qual for seu porte: as barracas de camelôs com os produtos importados (piratas ou não) ao alcance do consumidor final encerram o circuito espacial produtivo.

A REGIONALIZAÇÃO DO ESTADO E A FISCALIZAÇÃO DE MERCADORIAS EM TERRITÓRIO BRASILEIRO

Trabalhamos com dados oficiais cedidos pela Receita Federal; assim, podemos ter dimensão da importância do comércio praticado e dos valores circulantes entre a fronteira e o interior do País consultando o valor de mercadorias apreendidas.

A Receita Federal regionaliza o Brasil em Regiões Fiscais, organizando os valores apreendidos de acordo com cada Região: são dez as Regiões Fiscais definidas pelo Estado. Para nosso estudo, isolamos a análise dos dados na Região Fiscal 1, ou seja, na Região que compreende os valores de apreensão na cidade de Ponta Porã (MS).

Mapa1 – Brasil - Regiões Fiscais – Divisão Regional da Receita Federal do Brasil com destaque para a cidade de Ponta Porã (MS), na fronteira do Brasil com o Paraguai.



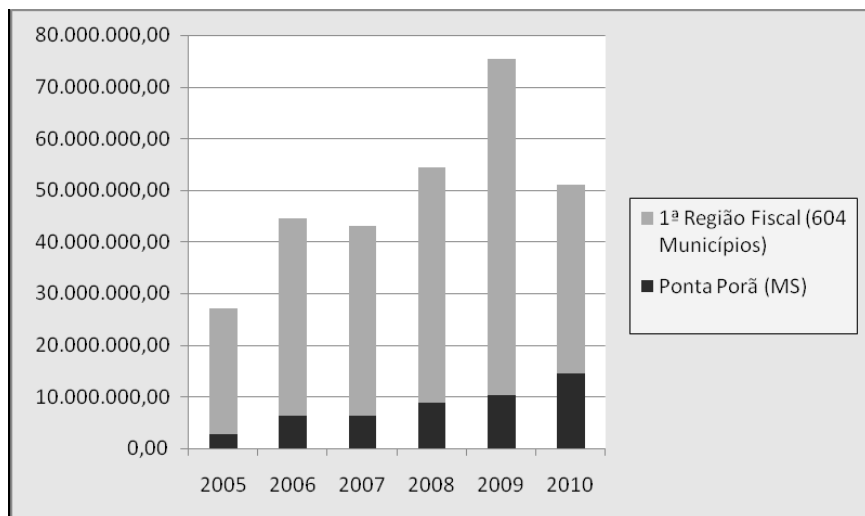
Fonte: Elaborado com base em informações da Receita Federal do Brasil.

Através do endereço eletrônico da Receita Federal obtivemos os dados públicos de apreensão de mercadorias por Região Fiscal, sem discriminação de quantidade por estados ou cidades. Para mensurarmos a importância em apreensão e circulação de mercadorias nas cidades gêmeas contempladas em nosso estudo, solicitamos, através de visita técnica, e obtivemos o valor de apreensão em Ponta Porã (MS).

Desse modo, foi possível “filtrar” essa cidade do resto das cidades que compõem a Região Fiscal e assim comprovar o grande volume anual que circula por esse ponto da fronteira em fluxo constante em direção às outras cidades sul-matogrossenses e, até mesmo, até outros estados da federação.

Ponta Porã (MS) apresenta significativa participação em relação à sua Região Fiscal e, no geral, os dados indicam que o volume pertencente à cidade é crescente e constante. A seguir temos o gráfico onde podemos visualizar de maneira apropriada a crescente participação e volume de apreensões de mercadorias em comparação com o restante dos municípios da 1ª Região Fiscal (total de 604 municípios).

Gráfico 1 - Volume de mercadorias apreendidas em Ponta Porã (MS) em relação ao total de apreensões da 1ª Região Fiscal (R\$).



Fonte: Marquezini (2011) com base em dados da Receita Federal do Brasil.

Devemos destacar que as quantias podem ser consideradas altas para um único município (levando-se em conta que toda a 1ª Região Fiscal abrange quatro estados e o Distrito Federal). Conforme podemos comprovar na visualização do gráfico, Ponta Porã se afirma como importante ponto de entrada de mercadorias, com fluxo constante e com tendência a maiores valores apreendidos, visto que, para o ano de 2010 os dados fornecidos pela Receita Federal vão até o mês de julho (e já denotam crescimento nos números de apreensão na cidade de Ponta Porã). Podemos pensar, assim como em qualquer ponto de circulação e fiscalização, em duas hipóteses: a fiscalização da Polícia Federal está mais efetiva ou ocorre um aumento significativo dos fluxos, no decorrer dos anos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A situação na fronteira entre o Brasil e o Paraguai é singular; primeiramente por ser uma região de fronteira e, de maneira especial, ter desenvolvido uma vida de relações e circulação única na América do Sul. Tal configuração nos remete à integração nacional, regional e continental, pois os fluxos passam pelas fronteiras e modificam o espaço ao gosto das interações.

Desse modo, temos que, assim como qualquer outro par de cidades gêmeas, Ponta Porã e Pedro Juan Caballero podem ser consideradas um modelo/estudo de caso bastante atrativo, pois a situação de fronteira existente cria expressões e

transformações espaciais muito peculiares e nos oferece terreno fértil para estudo das transformações espaciais que ocorrem em função do consumo.

Sua importância é inegável em termos de circulação de pessoas e mercadorias. A expressiva especialização do comércio está provocando alterações recentes no espaço fronteiriço e o acompanhamento dessas mudanças gera maior entendimento sobre a construção única do lugar.

Tal ligação especial entre dois países - cidades gêmeas - e seu estudo são vitais para a compreensão da vida de circulação na fronteira e a tentativa de compreender estas singularidades espaciais promove um entendimento amplo sobre essas situações fronteiriças em nosso território nacional.

INFERIOR CIRCUIT OF URBAN ECONOMY IN THE PRESENT AND TRADE PRACTICES AT THE BORDER: CIRCULATION OF GOODS AND SPACIAL CHANGES BETWEEN PONTA PORÃ (BR) AND PEDRO JUAN CABALLERO (PY).

ABSTRACT

This article aims to analyze the merchandise flow between the twin cities of Ponta Porã and Pedro Juan Caballero, at the border between Brazil and Paraguay, and discuss the impacts caused by trade in the frontier. The space is organized as needed by the merchandise exchange process, and in the same space a dispute takes place between many agents, regarding what's considered legal and what escapes the law, as established by the Brazilian tax paying agency, concerning the Brazilian consumption process at the border. Inspecting includes military activity, present at the border originally for reasons of national sovereignty, but now also to control merchandise flux that is considered illegal in Brazil. Summing up, we discuss the trade relations in these frontier twin cities, given that these special aspects regarding merchandise flux are important enough to go beyond the local place: it's importance is regional and national and it's flux feed other spatial circuits though the Brazilian territory, part of a global circuit of trade.

Keywords: Territory; International border; Twin cities; Goods; Trade.

CIRCUITO INFERIOR DE LA ECONOMÍA URBANA EN LA ACTUALIDAD Y LAS PRÁCTICAS COMERCIALES EN LA FRONTERA: EL MOVIMIENTO DE MERCANCÍAS Y TRANSFORMACIONES ESPACIALES ENTRE PONTA PORÃ (MS) Y PEDRO JUAN CABALLERO (PY).

RESUMEN

El objetivo del presente artículo es analizar la importancia de la circulación de mercancías entre las ciudades gemelas de Ponta Pora y Pedro Juan Caballero, en la frontera de Brasil con Paraguay y discutir los impactos del comercio en la zona fronteriza. La configuración espacial es el resultado del comercio y de la estructura de la frontera, siempre orientado para adaptarse a diferentes tipos de consumo; en la misma franja fronteriza existen varios agentes en un duelo entre lo que es legal y lo que escapa a las normas establecidas por la Secretaria Ingresos Federales de Brasil, en el caso de consumo de Brasil en la frontera. La auditoría utiliza la policía y los militares, presentes originalmente en la frontera para garantizar la soberanía del Estado-nación; aumenta su presencia en la averiguación de los flujos considerados ilegales en nuestro país. Por último, se propone pensar en la vida de las relaciones fronterizas de las ciudades gemelas, ya que tales puntos especiales de circulación alcanzan un nivel que va más allá del lugar: su importancia es regional y nacional y sus flujos espaciales alimentan otros circuitos en todo el territorio brasileño, insertado en un circuito mundial de la circulación de mercancías.

Palabras clave: Territorio; Frontera; Ciudades gemelas; Mercancías; Comercio.

REFERÊNCIAS

ABINZANO, R. C. **Las Regiones de Frontera:** Espacios Complejos de la Resistencia Global. In: OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de (Org). *Território sem limites. Estudos sobre fronteiras*. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2005.

Cano, W. *Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil*. ED. Unicamp, 2002.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Interações espaciais**. In: CASTRO, I. E; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.). *Explorações geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

OLIVEIRA, T. C. M. de. In: OLIVEIRA, T. C. M. de (Org). **Território sem limites**. *Estudos sobre fronteiras*. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2005.

RABOSSI, F. *Nas ruas de Ciudad del Este: Vidas e vendas num mercado de fronteira*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de

Janeiro, Museu Nacional, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 2004.

RIBEIRO, Gustavo Lins. A Globalização Popular e o Sistema Mundial Não Hegemônico. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 25, no 74, 2010.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo; razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. O Espaço Dividido: Os Dois Circuitos da Economia Urbana nos Países Subdesenvolvidos. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1979.

TV MORENA. Começa revitalização de R\$ 6 mi do comércio na fronteira com Paraguai. Ponta Porã, 30/08/2011. Disponível em <<http://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2011/08/comeca-revitalizacao-de-r-6-mi-do-comercio-na-fronteira-com-paraguai.html>>. Data do acesso: 07/05/2014.